

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.110 - MG (2019/0113898-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **MSI MIAMI CORP**  
**ADVOGADOS** : **LUIZ EDUARDO ARENA ALVAREZ - SP102488**  
**LEANDRO DE ANDRADE PAIVA - MG107362**  
**AMANDA THEREZA LENCI PACCOLA E OUTRO(S) -**  
**SP377573**  
**AGRAVADO** : **TECHSUL INDUSTRIAL LTDA**  
**ADVOGADO** : **LEANDRO AUGUSTO PORCEL DE BARROS E OUTRO(S) -**  
**MG106578**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MONITÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACÓRDÃO PROFERIDO NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC. PROVIMENTO.

1. Ação monitória.
2. Com a ressalva do meu entendimento, a 2ª Seção definiu que quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).
3. Agravo conhecido. Recurso especial provido para majorar os honorários de sucumbência em favor do agravante para 10% sobre o valor atualizado da causa.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por MSI MIAMI CORP, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em: 26/02/2019.**

**Concluso ao gabinete em: 10/06/2019.**

**Ação:** monitória, ajuizada pelo agravante, em face de TECHSUL INDUSTRIAL LTDA. **Valor da causa:** R\$ 9.725.965,04 (nove milhões, setecentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos).

**Sentença:** extinguiu o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, em razão da não comprovação da entrega das mercadorias.

**Acórdão:** deu provimento à apelação interposta pelo agravante, nos termos da seguinte ementa:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL -AÇÃO MONITORIA-EXTINÇÃO DO FEITO - PROVA DA ENTREGA DA MERCADORIA - DESNECESSIDADE - CLAUSULA "FOB" - SENTENÇA CASSADA - CAUSA MADURA - ART. 1013, §3º DO CPC - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL -AUSÊNCIA DE PROVA DE PAGAMENTO.

A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz, o pagamento de quantia em dinheiro, a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel, o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer, sendo certo que a prova escrita pode consistir em prova oral documentada.

Comprovado que as partes realizaram negócio de compra e venda de equipamentos eletrônicos (computadores), constando expressamente a cláusula FOB para o transporte da mercadoria, a responsabilidade do vendedor vigora até a entrega do produto para a transportadora, passando à compradora, a partir daí, os riscos da mercadoria, haja vista a tradição. Tendo em vista a previsão de tais especificidades no negócio jurídico entre as partes, não há como prosperar a sentença recorrida que entendeu pela necessidade de comprovação de entrega da mercadoria à Ré.

A prova documental reunida no processo, mostra-se suficiente para comprovar o direito vindicado na presente ação, mormente se considerarmos a inexistência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da Autora.

Nos termos do art. 702, §8º do CPC/15, resta constituído de pleno direito o título executivo judicial, prosseguindo-se o processo em observância ao disposto no Título II do Livro I da Parte Especial, no que for cabível. (e-STJ, fls. 895)

Quanto ao valor dos honorários sucumbenciais, foi arbitrado o

montante de R\$ 582.183,45, nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC/15.

**Embargos de declaração:** interpostos pelo agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação do art. 85 do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que o valor fixado a título de honorários advocatícios deve respeitar os limites de 10% a 20% do valor da causa, não podendo ser fixado por equidade na hipótese.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Do julgamento: CPC/15.**

**- Da fixação de honorários advocatícios com fundamento na equidade (Súmula 568/STJ)**

O TJ/MG, ao fixar os honorários advocatícios em R\$ 582.183,45, utilizando-se, para tanto, o critério da equidade, não obstante o valor dado à ação de R\$ 9.725.965,04 (nove milhões, setecentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos), divergiu do atual entendimento do STJ, no sentido de que o art. 85, § 8º, do CPC/15 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: *i*) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou *ii*) o valor da causa for muito baixo.

Ressalte-se que a 2ª Seção do STJ, por ocasião do julgamento do REsp 1.746.072/PR, em 13/02/2019, uniformizou o entendimento desta Corte acerca da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos da seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA

**SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.**

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. (...)

Logo, o acórdão divergiu do entendimento atual do STJ, e nesse

ponto específico, ressalvado o entendimento desta Relatora, há de ser reformado, a fim de que a situação do vencedor adeque-se ao entendimento firmado pela 2ª Seção no referido julgamento.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, "a" do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER do recurso especial e DAR-LHE PROVIMENTO, para fixar os honorários de sucumbência em favor da agravante em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora